



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO. AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 E ORÇAMENTO 2014

DATA: 11 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública de 2013, sendo a 7ª audiência pública sobre os PLs 694/13, Plano Plurianual e 2014, 2017 e o 695/13 Orçamento de 2014, terceira temática. Tema da audiência: Secretaria de Habitação, depois Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB; fundo de habitação, fundo de saneamento ambiental, infraestrutura; Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Licenciamento. O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, link Orçamento 2014. A íntegra dessa audiência pública estará disponível no Portal no link audiências públicas registro escrito.

Informo que as inscrições estão abertas. Estão presentes os Srs. Vereadores: José Police Neto, Ricardo Nunes e Paulo Fiorilo, relator do Orçamento 2014. Para fazer parte da mesa, convido os Srs: José Floriano de Azevedo Marques Neto, Secretário Municipal de Habitação. Com a palavra o Sr. Floriano de Azevedo Marques Neto.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar aqui, primeira vez que venho nessa audiência, estou estranhando. Trouxe minha equipe técnica para poder ajudar no apoio e também o pessoal da COHAB. O que eu precisava iniciar a conversa com vocês é que o propósito da meta do prefeito Haddad, de construir 55 mil unidades habitacionais e mais 200 mil regularizações fundiárias está em curso, e indo muito bem. A posição da Secretaria no dia de hoje, já entregamos nesse ano, em torno de 1600 unidades habitacionais, estamos com quase 12 mil unidades em andamento e temos cinco mil unidades que já tem licitação feita, está no Fundo FAR, Caixa Econômica Federal e só está aguardando aprovação dos projetos para iniciar as obras. Tem mais umas três mil unidades em terrenos que desapropriamos que também estão indo para o Fundo FAR da Caixa Federal e que em breve deve estar abrindo licitação. Somando tudo, hoje temos viabilizado 25 mil unidades habitacionais. Em um período de 10

meses de trabalho, graças a um esforço ecúleo, apoio do Sr. Prefeito Haddad, já conseguimos atingir quase a metade da meta prevista para os quatro anos. Qual é o objetivo da Secretaria da Habitação além disso? Temos muitas favelas que iremos urbanizar, vamos levar água, esgoto, guia, sarjeta, asfalto e também o processo de desapropriação de terreno que é muito importante. Sem isso não viabiliza o programa Minha Casa Minha Vida. Os recursos federais, somados aos recursos do Estado que está fechando uma parceria conosco para 30 mil unidades habitacionais, aportando 20 mil reais por unidade, se o Município não entrar desapropriando e doando esses terrenos para a Caixa Econômica Federal por meio do Fundo FAR, o programa habitacional não se realiza. Estamos empenhados em concluir essa etapa de desapropriação que estamos prevendo para terminar em junho do ano que vem, com 38 mil unidades em terrenos desapropriados. É dessa forma que iremos viabilizar e dar conta de atender as metas do Prefeito Haddad. A Secretaria ano que vem irá receber um orçamento de 1 bilhão 314 milhões, mais os recursos do Fundo de Saneamento Ambiental de 680 milhões e mais 70 milhões do Fundurb. E sobre isso, peço que a Denise, minha assessora decorresse sobre esse assunto sucintamente, para que tenham noção do que está sendo feito na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Antes de passar a palavra a Sra. Denise, porque tenho um outro evento aqui na Casa, que é Vegetarianos, estamos implantando comida vegetariana na Secretaria de Educação, temos aproximadamente 400 pessoas no plenário,. Vou abrir a reunião e volto.

Passo a presidência dos trabalhos ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

- Assume a presidência o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Boa tarde a todos. Com a palavra a Sra. Denise.

A SRA. DENISE – Boa tarde a todos. O orçamento da Secretaria Municipal de Habitação tem um total – conforme já dito pelo Secretário – de 1,3 bilhão de reais. Em

intervenções de projetos, obras, regularizações e desapropriações, as verbas estão assim distribuídas: para construção de unidades habitacionais novas, 179 milhões de reais para este ano; para urbanização de favelas, 40 milhões de reais, que seriam só para infraestrutura. Todas as unidades habitacionais que são construídas nas urbanizações ou para atender as famílias que precisam ser removidas para frente de obras, estão no orçamento de construção de unidades habitacionais. Também temos: execução do Programa Mananciais, 995 milhões, que são as rubricas que têm o maior peso no orçamento da Secretaria.

Essas ações estão planejadas para ocorrer neste exercício. Além disso, a Secretaria possui junto a ela, instituído por lei, o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, que é regido por um Conselho Gestor que define o plano de aplicação dos recursos para várias atuações, desde produção habitacional, regularização fundiária, urbanização, desapropriações até Programa Mananciais. Ele ajuda a completar os recursos para viabilização das intervenções.

O Fundo de Saneamento está orçado este ano em 680 milhões de reais, sendo: para construção de unidades habitacionais, além do recurso da Secretaria de Habitação, mais 180 milhões. Grande parte desses recursos será dirigida a desapropriações e aquisições de terras para viabilizar as unidades do programa Minha Casa Minha Vida. Para regularização fundiária, temos mais de 1 milhão de reais no Fundo Municipal de Saneamento e outros 70 milhões de reais em outro fundo, que é Fundurb – Fundo de Urbanização e Desenvolvimento. Para urbanização de favelas, mais 155 milhões, além dos 40 milhões existentes na Secretaria de Habitação. Para o Programa Mananciais, mais 255 milhões de reais. Para intervenções em controle de cheias e bacias – que são projetos da Secretaria de Infraestrutura Urbana, Siurb -, 70 milhões de reais. Para obras de combate a enchentes e alagamentos, programa da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, 10 milhões de reais para ações pontuais para melhoria da drenagem urbana.

Então, nesses orçamentos é que se enquadram os projetos, os programas em

andamento na Secretaria da Habitação e em outras Secretarias também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, Secretário.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Só um aparte. Como a Presidência da Cohab está conosco também, eu já quero me antecipar e passar o orçamento da Cohab para o exercício desse ano.

A SRA. DENISE – O orçamento da Cohab é de 152 milhões de reais, não se confundindo, aqui, o orçamento do Fundo Municipal de Habitação. Esse é só da Companhia, sendo 7 milhões de reais para regularização fundiária, 70 milhões para construção de unidades habitacionais novas e o restante dos recursos para administração da Companhia, sendo, do Fundo Municipal de Habitação, construção de unidades habitacionais, mais 86 milhões envolvidos e regularização fundiária também um recurso de 280 mil, lembrando também que no Fundo Municipal de Habitação a definição dos empreendimentos se dá pelo Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço à Denise. Anuncio a presença do Vereador Aurélio Nomura. Convido, para compor a Mesa, o Sr. Felipe Garofalo Cavalcanti, representante do Sr. Fernando de Mello Franco, Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Como a maior parte dos presentes tem interesse no tema habitação, vamos abrir a palavra ao Secretário e à Denise; para a assessoria, se for necessário; e aos Vereadores. Em seguida, ouviremos as Secretarias de Licenciamentos e de Desenvolvimento Urbano.

Consulto se os Vereadores Ricardo Nunes e Aurélio Nomura têm alguma questão. (Pausa) Quem ainda não se inscreveu procure, por favor, a secretaria da Comissão. Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Tenho uma dúvida. Estamos analisando o orçamento e o PPA e temos a seguinte dúvida: se as 55 mil unidades habitacionais previstas no Plano de Metas do Sr. Prefeito serão plenamente atendidas com o que está sendo demonstrado aqui.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Perfeitamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Porque temos ouvido o seguinte: “Vamos buscar recursos do Governo Federal”, “Vamos buscar recursos do Governo Estadual”. Quero saber se nós temos hoje recursos. Porque não adianta apostarmos nos recursos que advirão do Governo Federal e do Governo Estadual para compor exatamente a proposta final do Prefeito. Queremos saber se esses são valores efetivos e vão estar disponibilizados pela Prefeitura ou dependem ainda de ação dos Governos estadual e federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Secretário Floriano para responder a questão do Vereador Aurélio Nomura.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Nosso programa das 55 mil unidades está perfeitamente equacionado dentro dos recursos que estão dentro desses orçamentos, completando com os recursos federais, que já foram assinados na semana passada, que são os recursos do PAC, que vêm para área de mananciais e urbanização, na área de saneamento ambiental; e com o convênio - que está sendo assinado ainda nesta semana, no máximo até semana que vem – com o Governo do Estado, que prevê aporte de 20 mil reais da Casa Paulista para o Município de São Paulo. Esse convênio, já acertado entre a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria de Estado da Habitação, está perfeitamente afinado quanto às questões jurídicas. Só estamos esperando a agenda do Governador Alckmin e do Prefeito Haddad para que eles, em conjunto, assinem esse convênio da Casa Paulista. O resto é que está dentro do nosso orçamento.

No recurso federal haverá a complementação do programa Minha Casa Minha Vida, que, para este ano, estão previstas 43 mil unidades habitacionais somente para a cidade de São Paulo.

Então, é um recurso que vai dar plenamente para atendermos à demanda das 55 mil unidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Então, Secretário, posso entender que, na realidade,

55 mil unidades vão vir de recursos da Prefeitura de São Paulo, mais 20 mil, pelo que entendi,...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Por unidade, que é a Casa Paulista.

O SR. AURÉLIO NOMURA - ... da Casa Paulista, e mais...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Setenta e seis mil por unidade, do Governo Federal, do Minha Casa Minha Vida.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Certo. Agora, a ação dos Governos estadual e federal...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Já está sacramentada.

O SR. AURÉLIO NOMURA - ... dará quanto a mais em recursos?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – O Governo Estadual vai dar 600 milhões, que são 30 mil unidades vezes 20 mil. No caso do Minha Casa Minha Vida, são 76 mil por unidade vezes... Como a gente já está viabilizado, acho que mais 30 mil unidades também, porque tem umas 20 mil que já estão viabilizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – ... segue 5

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Isso dá um total de?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Mais ou menos...

Quem fez a conta para mim?

P – Alguém fez a conta? São 76 mil vezes umas 30 mil unidades.

R – Isso.

P – E, no Governo do Estado, são 20 mil reais vezes...

R – Trinta mil unidades.

P – Trinta mil unidades, 600 milhões.

R – Isso.

P – No Estado. E, no Governo Federal, chegamos à conta de...2.200?

R – Dois mil e duzentos. Era isso.

P – Dois mil e duzentos.

R – Isso ao longo dos próximos três anos.

P – Vereador Aurélio Nomura, mais alguma questão?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Por enquanto é só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O.k. Passo, então, a palavra ao nobre Vereador Ricardo Nunes. Após, passarei a palavra à população presente.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, um dos maiores programas que há na Secretaria da Habitação diz respeito aos mananciais, com 995 milhões. Tenho uma atuação forte na zona Sul, onde temos dificuldade muito grande de entender esse programa, porque existem duas etapas: são cinco lotes, se não me engano, na Cidade...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – São oito lotes no total.

O SR. RICARDO NUNES – São duas fases: o projeto simplificado e o projeto executivo. Não está especificado onde vai ser investido o recurso, e existe uma preocupação da comunidade, porque não se sabe qual córrego vai ser feito, qual intervenção no bairro. Somente depois de algumas ações é que acabam fazendo alguma alteração no programa e, aí, sim, vem o projeto executivo.

A primeira questão, Secretário, é seria possível entendermos melhor essa questão do Programa Mananciais e saber o que efetivamente será feito, as intervenções que serão feitas. Por exemplo, no Jardim Capela, no final da M'Boi Mirim, começou e parou, e a população pergunta, mas não sabemos que vai acontecer.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Eu vou pedir para o Engenheiro Ricardo, que cuida de mananciais, dar uma explicação complementar. Mas,

antecipando, em relação a esses oito lotes, os projetos básicos já estão prontos, os projetos executivos já estão em fase final de aprovação. Uma ou outra aprovação de alguma determinada área está dependendo da Cetesb. Dois oito lotes, para cinco já foram assinados os convênios com os recursos do PAC e, a partir do mês que vem, já vamos dar uma acelerada bem forte nesse programa. Este ano, tivemos que manter um pouco, não com a velocidade que desejávamos, por conta mesmo da assinatura do Programa de Aceleração do Crescimento, que foi feito somente na semana passada.

Então, Ricardo, gostaria que você explicasse sobre os oito lotes.

O SR. RICARDO NUNES – Complementando a pergunta, Sr. Secretário, existe a necessidade de se fazer o projeto básico e depois o executivo? Não seria possível fazer o executivo direto? Assim, economizaríamos recursos, e a população saberia que foi feito.

O SR. RICARDO SAMPAIO – Boa tarde a todos. Na metodologia estabelecida nessas obras, a boa engenharia, arquitetura e urbanismo recomendam sempre se fazer estudos preliminares na área para intervenção, para, posteriormente, afinar, melhorar esses estudos em maior profundidade, fazendo os projetos básicos. Conforme estabelecido na Lei de Licitações, com os projetos básicos, as obras foram licitadas para termos uma agilidade maior, não esperarmos projeto executivo. Então, todos os oito lotes de mananciais estão contratados, e os projetos executivos estão sendo desenvolvidos.

Eu gostaria de ressaltar que, na região de mananciais, a intervenção é bastante complexa, uma vez que há toda uma legislação ambiental própria, bastante restritiva. É uma área sensível, que tem influência na Cidade como um todo, uma vez que, naquela região dos mananciais Billings e Guarapiranga, é captada a água que, após tratamento, é distribuída para 4,7 milhões de habitantes de toda a região metropolitana de São Paulo.

Então, precisamos fazer essas intervenções com bastante critério e acerto. A forma mais rápida e que a utilizamos para cometer os menores erros possíveis é com esta metodologia: existindo o projeto básico e depois o projeto executivo.

Quanto ao Jardim Capela, é uma área de risco, risco R4, mapeado pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, e havia a necessidade de uma intervenção imediata devido ao risco. Entramos, então, com os poucos recursos existentes e conseguimos executar e aliviar esse risco imediato que existia. Mas não saímos; apenas as obras estão em ritmo menor. Estamos fazendo, para todos os contratos, projetos executivos, que são necessários.

Há também uma questão ligada ao meio ambiente: os agentes licenciadores normalmente nos solicitam que adequemos as nossas intervenções à legislação pertinentes. Então, temos que fazer adequações e alterações, mas estamos sempre em contato com a população explicando esses aspectos. É de difícil entendimento para quem não é técnico, mas os contratos estão em desenvolvimento, os canteiros de obras estão instalados e, dentro de cada um deles, há o setor de atendimento social, que é justamente para atender a essas demandas da população.

Acho que respondi.

O SR. RICARDO NUNES – Para entender melhor, o senhor explicou que está falando com a população, mas os subprefeitos de cada região não têm conhecimento do desenvolvimento do projeto executivo. Se o senhor puder, por favor, fale rapidamente como é essa conversa com a população.

O SR. RICARDO SAMPAIO – Hoje, com certeza, podemos afirmar que em todas as áreas há projetos básicos. Mostramos e dialogamos sobre eles, explicamos que os projetos executivos estão em desenvolvimento e que não podemos efetuar grandes afirmações enquanto o projeto executivo não estiver exatamente definido. Estão contratados, estão em desenvolvimento, mas, sobre as questões ambientais, por exemplo, em relação à Cetesb, a gente não pode afirmar que estaria incorrendo em criar falsas expectativas com a população. Eu não poderia, por exemplo, dizer: “Olha, a sua casa vai sair” e amanhã dizer: “Olha, você me desculpa, foi engano. Não vai sair mais”. Isso seria leviano da parte do Município.

Por isso que a gente aguarda a aprovação e licenciamento ambiental antes de divulgar na íntegra. Fato é, quando nós vamos iniciar as obras, vai uma equipe do Social e de técnicos, Engenheiros ou Arquitetos, e em reunião com a população mostra e apresenta esse projeto executivo para uma conversa, um diálogo e, principalmente, para as pessoas saberem de que maneira vai acontecer. Mostramos o plano de execução e porque estava sendo daquela forma, de posse do projeto. Não estando de posse ainda a gente pode informar, mas não com tanta profundidade, efetivamente para não incorrer em falsas expectativas.

(NÃO IDENTIFICADO) - Dr. Ricardo Sampaio, é possível marcarmos uma reunião com o senhor lá no Jardim Capela, porque não houve nenhuma reunião lá com relação do que está sendo feito.

O SR. RICARDO SAMPAIO – Podemos, sim. Estou à disposição. Inclusive, já fizemos uma reunião prévia no canteiro de obras, com parte da população e ficamos de dar um retorno assim que fosse possível, para esclarecermos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Dentro do nosso planejamento, assim que esses projetos estiverem nessa fase mais definitiva, vamos agendar com todas as Subprefeituras reuniões mensais para posicionar como estão andando as obras e os projetos para a população toda ficar ciente do que está acontecendo.

O SR. RICARDO NUNES – Então, só para dizer com relação aos mananciais, vou conversar depois com o Dr. Ricardo Sampaio e vamos agendar uma reunião com a comunidade de lá.

Com relação, Secretário, ao texto de meta 31, do nosso Prefeito Fernando Haddad, diz o seguinte: “Beneficiar 200 mil famílias em um programa de regularização fundiária”. E aqui eu não sei se foi algum erro ou estou interpretando errado, quando falamos aqui no Código 3356, regularização fundiária: 2000 reais.

A SRA. DENISE – Vereador, a parcela referente aos recursos para programa de regularização fundiária estão previstos neste exercício no Fundo de Urbanização, no Fundurb.

São 70 milhões de reais destinados especificamente à regularização fundiária. Essa rubrica de regularização está aparecendo no orçamento da Secretaria de Habitação, também no orçamento do Fundo Municipal de Habitação, em números pequenos, para poder ter o programa nos orçamentos para eventual suplementação futura. Mas o programa se inicia neste exercício com 70 milhões de reais no Fundurb.

O SR. RICARDO NUNES – E aquelas quatro empresas que ganharam a licitação no ano passado, para fazer a regulação fundiária, aquele contrato continua?

A SRA. DENISE – Quais empresas?

O SR. RICARDO NUNES – Constram. Houve uma licitação, no ano passado, só para cuidar da regulação fundiária.

A SRA. DENISE – Sim, continua.

O SR. RICARDO SAMPAIO – Sim. As empresas estão trabalhando. Trabalharam durante o ano todo. Aí, com o aporte do Fundurb, dos recursos do ano que vem, a velocidade vai ser aumentada em função desse Plano de Metas do Governo Haddad.

A SRA._____ - Na unidade 9814 é o Fundurb relativo à Secretaria Municipal de Habitação, na unidade 51, relativo a obras e serviços também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ela tem outra referência.

O SR._____ - Posso ficar com essa? Obrigado, Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Gostaria de relacionar habitação com saneamento, que são coisas que estão no Fundurb. No Plano de Metas de 2002 tinha claro três piscinões: números 14,15 e 16, ali no TCM e Parque das Bicicletas. O que ocorreu, apareceu a meta, número 71, se não me engano, e esses três reservatórios. Depois, fizeram uma reunião numa entidade, que frequento quase todos os dias, como uma audiência para alterar esse projeto. Alterar o projeto, começar a fazer os bueirões em Moema, ou seja, despoluição nada. As águas dos

bairros de Mirandópolis de Planalto Paulista, que é um fundo de vale, e que tem enchente ali embaixo do viaduto 11 de Junho, o que vai acontecer? Vão só empurrar o esgoto de Moema e de Vila Olímpia, misturando água de chuva com esgoto.

Fala-se em saneamento nesta Cidade, mas só tem uma estação de tratamento que é Barueri. Essa tubulação que foi feita em parceria com o Governo Federal, dando 48 milhões para fazer isso, os bairros de Vila Olímpia e Funchal gastam os impostos dessa Cidade inteira, não é só o que arrecada nos prédios chiques que tem lá não, vai mais do que isso, porque tem de ficar ali tirando água porque era área que estava inundada, cavava meio metro e tinha água. Como fazemos um saneamento dessa forma, Sr. Secretário? Como podemos acreditar no Plano Diretor, tem de ter respeito a ele, não pode juntar consórcio por interesse político, porque em vez de uma construtora, você pega uma série de pessoas que montam um consorcinho e depois vai financiar a campanha do político. É só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Sou da Cidade de Vicente de Carvalho e sou do Grande Conselho Municipal do Idoso e trabalho com a população vulnerável. Gostaria de saber quando, como e onde, pois todo mundo sabe que na nossa região tem uma população desordenada e falam que vão tirar, pois vão construir, mas onde? Quais os critérios? Não é a urbanização, é habitação. Quando e Onde? Quais os critérios porque todos são periferia, de um lado é o Itaquerão, de outro é a miséria e as pessoas vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Valdomira de Paula.

A SRA. VALDOMIRA DE PAULA – Sou de Itaquera. Gostaria de saber onde serão construídas moradias em Itaquera? Nós precisamos muito de habitação, tem muitas pessoas precisando de moradia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Elisângela Maria dos Santos.

A SRA. ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS – Sou assistente social, tentei viabilizar uma reunião com o Ricardo Sampaio a secretária ficou de ligar e estou esperando até

hoje. Falam que o senhor é responsável pelo Programa de Mananciais, número 76, da Vila Nova Conquista. Estou fazendo uma pesquisa de TCC e lá tem alta vulnerabilidade de idosos, crianças e adolescentes que vivem próximos à represa Billings, poderiam fazer um parque linear e dar uma atenção maior àquela população. Toda vez que procuro a Sabesp junto com a Seab, dizem que não conseguem viabilizar o trabalho porque não sabem com desapropriar 4 casas, que é para receber os dejetos para aquela região. Como não consigo viabilizar uma reunião com o senhor para dar um posicionamento à população dos programas, pois há os de fase 1,2 e 3, queria saber em que fase aquela população vai ser atendida e se não poderiam viabilizar um programa que o 13.579, que é da Billings e o PEM poder viabilizar. Poderíamos marcar essa reunião junto com o Ricardo Nunes. . Por favor.

O SR. PAULO FIORILO – Agradeço a dona Elisângela, da zona Sul, do Morro da Mandioca.

Tem a palavra a Sra. Nilda Neves, do Morro da Mandioca.

A SRA. NILDA NEVES – Boa tarde a todos. Esse Orçamento é complicado de se entender, e se fosse para fazer pergunta, a gente teria que fazer várias, porque, pelo o que eu vi, o próprio Vereador Ricardo Nunes fazendo algumas perguntas, questionamentos que nem os próprios Vereadores compreendem como funcionam esses recursos. E muito me admira – o Ricardo Sampaio falou sobre isso – que a Subprefeitura sabe e conhece, porque a Subprefeitura de M'Boi Mirim, da minha região, não tem conhecimento do programa de manancial, assim como a população também não tem.

Sempre foi uma caixa lacrada e a lideranças da região não têm acesso. Ninguém da região, a não ser uma meia dúzia da liderança, selecionadas, aqueles que interessam, têm conhecimento do programa de manancial.

Tá, Vereador Ricardo, não é só você não.

É uma preocupação da região. Temos muitas coisas que eu gostaria de questionar ao Secretário, mas eu prefiro destinar os três minutos ao programa de manancial, porque eu sei que a região do M'Boi Mirim carece de informações.

Recentemente, estivemos conversando com o subprefeito, com o chefe de gabinete, e a grande preocupação do subprefeito na região é: preciso conhecer o programa de manancial, porque eu não tenho conhecimento.

Então dizer que existe diálogo e que a subprefeitura tem conhecimento não é verdade.

Recentemente, fizemos um debate, e eu tenho uma proposta, discutida pelas entidades da região: pegar todos os distritos da região, que engloba a empresa Guarapiranga e Billings, e fazer uma audiência pública por distrito.

A região carece de informação, as famílias que serão beneficiadas por esse programa de manancial não têm informação alguma. E justificar aqui que é projeto do Executivo, que depois... não é justificativa, porque o povo já está cheio de programa pronto, projeto pronto, e de ser chamado só para ouvir “Ok. Amém”. Ninguém quer dizer amém. (Palmas) Nós, lideranças da região do M’Boi Mirim, queremos construir um programa de manancial digno de atender os problemas da região.

E eu tenho acompanhado, viu, Vereador Ricardo? Eu não nunca te vi por lá, não, mas eu tenho acompanhado.

As reuniões que acontecem na região do M’Boi Mirim são reuniões para discutir o que é Plano Municipal de Habitação – nunca se discutiu programa de manancial na região de M’Boi Mirim. De todas as regiões que eu tenho acompanhado, eu nunca assisti a uma reunião sobre esse assunto. Estou há mais de 12 anos discutindo moradia na região no Movimento pelo Direito à Moradia, que está aqui sendo representado pelo pessoal. Nunca vi alguém falar sobre programa de manancial na região.

A região pede, as lideranças da região pedem, inclusive ao Vereador Ricardo Nunes, que tem fez tantas perguntas aqui, uma audiência pública urgente para discutir o programa de manancial. (Palmas)

O SR. PAULO FIORILO – Vamos deixar registrada a sugestão, e vamos ver como as se pode resolvê-la.

Tem a palavra o Sr. Antônio Pedro de Souza.

O SR. ANTÔNIO PEDRO DE SOUZA – Boa tarde a todos da Mesa, principalmente aos companheiros, lideranças de movimentos de moradia da cidade de São Paulo que lotam esse espaço no dia de hoje, demonstrando a preocupação com esse tema tão delicado e sensível para uma cidade que tem um déficit que gira em quase em torno de um milhão de habitações, o que não é pouca coisa.

Vou fazer umas perguntas mais diretas.

Acho que essa questão do Fundo de Saneamento, que tem uma quantidade de recursos muito grande, demanda dos Vereadores e da própria sociedade uma discussão sobre a transparência na destinação desses recursos: um esclarecimento sobre o que é gasto em

regularização, urbanização, construção de novas unidades. Ou seja, começar a destrinchar o que é feito com esse recurso, porque é muito recurso, e nós precisamos ter mais clareza de como esses recursos são gastos.

Primeira pergunta: qual o valor do aporte financeiro do *Minha Casa, Minha Vida - Entidades*, e em qual rubrica está localizado esse aporte.

Segunda pergunta: quando teremos, e quanto teremos para a compra de terrenos na Cohab para o *Programa Minha Casa, Minha Vida – FAR*, que tem a ver com a Caixa Econômica Federal.

Terceira pergunta: queria saber se é do conhecimento dos Vereadores, do Presidente da Comissão de Orçamento, porque isso versa sobre a questão dos recursos financeiros, quando sairá o PL de aporte financeiro para o programa *Minha Casa, Minha Vida – Entidades FDS*. Quero saber para quando está previsto para votação aqui na Câmara Municipal, porque é um projeto que interessa, e muito, os movimentos de moradia, que trabalham, sobretudo, com o programa *Minha Casa, Minha Vida*.

Eram essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado. Agradeço o Sr. Antônio Pedro, da Federação Paulistana das Associações Comunitárias.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos – Srs. Vereadores Ricardo Nunes, Paulo Fiorilo, Secretário José Floriano, assessoria de Sehab, demais secretários, população, conselheiros presentes.

Tratar de habitação é fundamenta, principalmente porque não se fez a prestação de contas do Orçamento deste ano de 2013. E observando este Orçamento, há coisas que chamam a atenção negativamente.

Por exemplo, até agosto foram executados do Fundo Municipal de Habitação apenas 18% - da verba total, de 115 milhões, a execução, até 31 de agosto, foi de 20,8 milhões. Ou seja, tem um fundo de habitação, e essa execução é quase nenhuma.

Na questão da própria Secretaria Municipal de Habitação, a verba de execução, até agosto, também gira em torno de 18% - 201 milhões de reais liquidados, sendo que o orçamento da pasta é de 1 bilhão e 86 milhões de reais.

Por que tão baixa a execução orçamentária nesses dois tópicos?

No Orçamento de 2014, a gente observa algumas rubricas fundamentais

desaparecidas.

Por exemplo, no Fundo Municipal, a rubrica *Obras de Regularização no Jardim Miriam*, região paupérrima da Cidade Ademar; a questão dos mutirões, que tem vinculação com o Fundo Municipal. São dotações que desapareceram no Orçamento de 2014. Sabemos que na zona Sul, por exemplo, há mutirões parados há muito tempo.

Então eu gostaria de saber o porquê da não transparência do Orçamento e por que essas dotações desapareceram.

Habitações no centro, programas no centro da cidade de São Paulo – Centro, Mooca, que têm cortiços. Não há nenhuma dotação específica sobre esse assunto no Orçamento de 2014 – nem na Cohab, nem no Fundo, nem no Fundurb e nem na Sehab.

Por que a supressão dessas dotações fundamentais para a cidade de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Claudinho de Souza - PSDB) - O PL 311 fica adiado, uma vez que deve ser submetido ao Congresso de Comissões. O próximo item, 35, PDL 19/2013, fica adiado para o fim da pauta, em razão da ausência do autor.

Passemos ao próximo item.

- “PDL 19/2013, do Vereador AURÉLIO MIGUEL (PR). Dispõe sobre a outorga do Título de Cidadão Paulistano ao General de Exército Adhemar da Costa Machado Filho, Exm^o Comandante Militar do Sudeste e dá outras providências. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Claudinho de Souza - PSDB) - Em discussão. Não oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PDL 19/2013. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa). Aprovado. Vai à promulgação.

Solicito ao nobre Vereador Gilson Barreto que assuma a presidência, uma vez que o próximo projeto é de minha autoria. Não há nenhuma dotação específica sobre esse assunto

no Orçamento de 2014. Nem na Cohab, nem no Fundo, nem no Fundurb, nem na Sehab. Então por que a supressão dessas dotações fundamentais para a cidade de São Paulo? Conselho Municipal de Habitação não está previsto no Orçamento, fato absurdo e que viola a legislação.

Também uma questão absurda foi a exclusão das verbas das Operações Urbanas Água Espriada e Faria Lima. Eu gostaria de saber por que foram excluídas do orçamento da Habitação? Elas estão no desenvolvimento urbano, mas tem de haver a rubrica específica para a construção de moradias populares na Água Espriada, na Faria Lima, na Água Branca. Essas dotações sumiram do mapa.

É Orçamento transparente? Tem que ter controle social, ou não? Portanto, a gente solicita a devolução dessas dotações.

E quero denunciar a queda no Fundo Municipal de Habitação. Para 2013, foi previsto R\$ 115 milhões de reais, e a proposta para 2014 é de R\$ 87,8 milhões. Por que foram reduzidos R\$ 28 milhões do Fundo Municipal de Habitação, que abrange tantas questões como os cortiços, moradias no Centro, regularização, etc.

Para concluir, a verba federal tem que ser dimensionada por região. Observamos que a zona Sul ganhou muito mais dinheiro, e a zona Leste está precária. Vila Prudente, por exemplo, não recebe nenhuma nova moradia para 2014. Será que só tem rico na Vila Prudente e Parque São Lucas? O que está acontecendo naquela região?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. A Secretaria da Comissão distribuirá uma ficha para sugestões na área de habitação.

Tem a palavra o Sr. Maksuel Costa, Presidente do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga.

O SR. MAKSUEL COSTA – Quero agradecer ao Presidente da Comissão, nobre Vereador Roberto Tripoli; ao Relator Paulo Fiorilo; ao Secretário de Habitação José Floriano;

aos Srs. Vereadores Aurélio Nomura, Ricardo Nunes, pela oportunidade do Movimento estar aqui discutindo o Orçamento da cidade de São Paulo, que vem ao encontro com as necessidades do movimento social, que é a construção de unidades habitacionais de interesse social para esta Cidade.

Começamos a nos debruçar no Orçamento e notamos as rubricas que foram apresentadas pela técnica que está presente. Então, para construção, são R\$ 179 milhões; e para desapropriação, R\$ 180 milhões.

Foi feita uma parceria entre os Governos Municipal, Estadual e Federal para a construção. O Estadual tem R\$ 600 milhões para construir 30 mil unidades habitacionais; o Governo Federal tem R\$ 76 mil reais por unidade habitacional, um total de R\$ 2,880 bilhões de reais. É muito dinheiro, e fico muito feliz de ver essas rubricas para a construção popular na cidade de São Paulo. Porém, não entendi, dentro dessa parceria, qual é a rubrica do Governo Municipal?

O Prefeito Fernando Haddad prometeu a construção, nos 48 meses de mandato, de 55 mil unidades habitacionais. Se você dividir essas 55 unidades pelos 48 meses, temos que iniciar cerca de 1.445,83 unidades habitacionais por mês para atingir essa meta do Sr. Prefeito.

Sabemos que há 25 mil unidades habitacionais em andamento na Cidade. Se já foram entregues 1.600 unidades, subentendo que não conseguiu construir as 1.600 unidades e entregá-las em apenas 10 meses de mandato, senão seria um tempo recorde. Sendo assim, é uma herança do governo passado. A pergunta é: das 25 mil unidades, quantas são de herança da última gestão?

São R\$ 179 milhões para construção e de R\$ 180 milhões para desapropriação da rubrica de R\$ 359 milhões. Se pegarmos o mesmo cálculo que a CDHU está fazendo pelo Casa Paulista, de R\$ 20.000,00 por unidade habitacional, dá mais ou menos 17.095 unidades habitacionais para o ano que vem com as rubricas de construção e desapropriação.

São R\$ 179 milhões para a construção para construir 8,95 unidades habitacionais

para o próximo ano. Para desapropriação, são R\$ 180 milhões, o que dá para construir 9.000 unidades habitacionais aproximadamente. A pergunta é: 30 mil unidades de convênio, 20 mil do Casa Paulista, 20 mil do Município, daria para construir em média 116 mil unidades habitacionais? É isso mesmo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Andressa Araújo, do MSTI do Ipiranga.

A SRA. ANDRESSA ARAÚJO – Boa tarde. Faço parte do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga e vim aqui hoje para falar que não faço parte de projetos políticos, nada; sou cidadã, sou do povo, acordo muito cedo para trabalhar e sustentar minha filha.

Esses termos que foram ditos aqui são muito técnicos, e tenho quase certeza de que a maioria que está aqui não entendeu. Mas entendemos uma coisa: parece que tem dinheiro. Então, por que esses projetos não estão saindo do papel? Leio revista, jornal, acesso a internet, e o que vemos é que tem muita coisa que não anda. Estou cansada de esperar, o povo está cansado de esperar.

Antigamente, a frase “governar é construir estradas”, e agora parece que “governar é construir moradias”. Só que um governo começa, o outro termina. Entra ano, sai ano, e começa a construir, não termina.

No projeto mesmo vamos construir, vamos colocar esse pessoal que mora lá porque só urbanizar não é o suficiente. A gente tem de construir e morar. Eu quero saber quando finalmente a gente vai poder pegar uma chave e dizer: “esta casa é minha”. (Palmas)

Estamos correndo atrás do terreno da Petrobras perto de Heliópolis. Faz tempo que estamos correndo atrás. Falaram que o terreno era contaminado. O movimento foi lá e provou que não é. Depois de muita luta, toda vez vindo aqui na Câmara, aprovando projeto.

O Vereador Police fez o projeto e foi aprovado. Queremos saber quando vai começar a construir. (Palmas)

Chega gente! Vamos tirar isso do papel, pelo amor de Deus!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou passar a palavra ao Sr. Secretário. Ele ouviu as várias demandas. O Sr. Secretário e a assessoria têm propostas feitas de audiências públicas, de reuniões. Agora é hora de vermos como amarrar essas questões nesta audiência.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Vou começar a atender as demandas pelo Sr. Eduardo que perguntou sobre os reservatórios e piscinões. Essa é uma questão que tem de ser dirigida para a Secretaria de Infraestrutura Urbana. Não faz parte do programa da habitação.

A Secretaria de Infraestrutura Urbana está na programação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não. A Secretaria de Infraestrutura Urbana é no dia 25/11, das 14h às 17h.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Então essa pergunta ficou prejudicada por causa disso, ela não faz parte da nossa secretaria.

A questão da Dona Maria do Socorro é onde serão construídas as unidades habitacionais. É importante fazer a explicação.

Temos, hoje, pela primeira vez, um departamento de planejamento na Secretaria de Habitação. Esse departamento está ligado no habisp.plus, uma versão atualizada, informatizada e que consta do site da Secretaria de Habitação.

A ideia do Prefeito Fernando Haddad foi de trabalharmos na transparência total. Tudo o que estamos fazendo tem de ser passado ao público imediatamente e de forma mais transparente possível.

Fizemos gestões durante todo o ano para contemplar no *site* habisp.plus toda a nossa programação de construção das unidades habitacionais. Hoje, vocês podem entrar no site e vão ver que já ultrapassam 55 mil unidades habitacionais, que já estão viabilizadas para

o atendimento do Programa de Metas.

Embora como o Maxwell falou, estamos trabalhando e vamos deixar para o próximo governo em torno de mais 116 mil unidades habitacionais já contratadas na nossa gestão.

Nem todo mundo tem obrigação de entrar na internet e saber o que está acontecendo, mas estamos abertos para receber todos vocês. Já recebi mais de 300 entidades e movimentos sociais ao longo desses 10 meses. Então, fazemos questão – tanto da minha parte quanto da do Secretário-adjunto – de fazer um bom atendimento à população, prestar todas as informações necessárias para que todos entendam o nosso programa habitacional.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - É só ligar na Secretaria e pedir o agendamento com a Graça, minha secretária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Anota o telefone, Dona Socorro.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Anota o telefone, pode ligar e marcar que daremos atendimento para todos que tiverem dúvidas, inclusive cada bairro, onde vamos construir, o que está sendo feito e o que vamos fazer.

(NÃO IDENTIFICADO) – 3397-3520.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Além disso, já havíamos detectado que o problema de comunicação não estava fluindo muito bem entre as subprefeituras e a Secretaria de Habitação.

Estamos terminando de preparar uma apresentação pontual pertinente a cada Subprefeitura no programa que deve se iniciar daqui a 15 dias. E, a cada 15 dias - não vamos pedir para a Subprefeitura vir à Secretaria. Nós, da Secretaria, nós, da Cohab, vamos à Subprefeitura, vamos convidar os Vereadores da região, entidades representativas da região e vamos dar as explicações locais do Programa Habitacional que estamos fazendo para cada região.

Já deixo esse compromisso assumido com todos vocês que daqui a 15 dias vamos

iniciar as assembleias nos locais das Subprefeituras.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Pode ligar na Secretaria que a gente vai dar o atendimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Sim, pode ir à Subprefeitura, sem problemas. É muito importante a participação popular.

A mesma questão é da Valdomira de Paula. É a mesma situação de Itaquera.

A zona Sul e a zona Leste estão muito bem contempladas com o Programa Habitacional. Na zona Norte também tem bastantes obras a serem realizadas. Se houver chance e vocês consultarem a qualquer momento o habips.plus, vocês já vão ver os locais, os endereços e o número de unidades que serão realizadas lá.

Com relação ao cronograma de obras, é uma segunda etapa, que estamos implantando no site para que cada um saiba onde e quando vai começar a obra e quando está previsto o termino.

Estamos colocando no site, a partir da semana que vem, a relação das 26 mil famílias que recebem o aluguel social e parceria social. O nome das famílias estará no site e se surgir alguma dúvida, por favor, entrem em contato conosco.

A Elisangela Maria dos Santos é assistente social e a questão é pertinente ao Ricardo Sampaio, que queria que ele respondesse, sobre o Morro da Mandioca.

O SR. RICARDO SAMPAIO – A Dona Elisangela me passou aqui e estamos vendo a área Jardim Orion e Jardim Império. Essas duas áreas terão uma intervenção conjunta entre

Prefeitura, Sehab, Programa Mananciais junto com a Sabesp.

Estamos desenvolvendo os projetos executivos. Isso deve começar muito em breve, após a assinatura do termo de compromisso com o Governo Federal, tão logo seja possível. A senhora vai receber uma ligação da Sra. Secretária, marcando uma reunião, quando tiver disponibilidade em participar.

O SR. RICARDO NUNES(?) – Como haverá essa intervenção do Jardim Orion e Jardim Império, podemos fazer uma reunião. Podemos marcar um dia, para apresentarmos o projeto para as pessoas. Está faltando um pouco disso.

O SR. ANTÔNIO – É uma boa ideia. Estou à disposição, quando V.Exa. julgar conveniente, necessário e oportuno. Basta me procurar, que marcaremos.

Nilda, já recebi a senhora, por várias vezes, na secretaria. Estamos sempre dispostos a atender todos. Quanto à questão da M'Boi Mirim, há o programa de manancial. Ocorreu que foram licitados, na gestão passada, esses oito lotes, explicados no começo da audiência. Tivemos de tocar com recursos pequenos, mais os recursos que conseguimos perante o Tesouro e o Fundo Municipal. Por quê? Porque apesar de a licitação ter sido feita na gestão passada, não estava assinado o convênio do PAC. Para isso, corremos muito, durante esses meses todos, para viabilizarmos questões de projetos. Finalmente, conseguimos, na semana passada, já assinar o termo de compromisso. Os recursos federais virão para a cidade de São Paulo.

Uma novidade que houve esse ano é que, dentro da área de mananciais, vamos construir em torno de 15 mil unidades habitacionais, com recursos do Minha Casa Minha Vida. Em contrapartida, com o recurso do PAC, vieram quase 400 milhões de reais, para se construírem creches, postos de saúde e equipamentos comunitários, dentro da área perítrica de mananciais, tanto a Billings quanto a Guarapiranga.

Dentro da Secretaria Municipal da Habitação, pela primeira vez, vão vir recursos para contemplarem a construção de equipamentos comunitários, muito importantes para a

região, acompanhados de construções habitacionais, pois virão recursos do Minha Casa Minha Vida.

Consultem o *site*, para os senhores terem ideia do que está acontecendo na região. Para qualquer novidade, vamos recebendo os senhores e explicando.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ANTÔNIO – Por isso que vamos de subprefeitura por subprefeitura, para darmos essa explicação e chamarmos a população para esse entendimento.

Vou deixar a Sra. Denise explicar sobre a transparência na destinação dos recursos, por ser a Secretária Executiva desse Fundo Municipal de Saneamento.

A SRA. DENISE – O Fundo Municipal de Saneamento é gerido por um conselho gestor, formado por lei, por diversos secretários municipais e também representantes da sociedade civil. Todas as informações do Fundo Municipal de Saneamento também estão no portal da Prefeitura. Na esquerda da página, há o fundo de saneamento. Lá os senhores vão encontrar todas as reuniões, atas e apresentações, a posição de execução, o que já ingressou de recursos formalmente no fundo de saneamento e a sua execução.

Esse fundo tem o plano de aplicação, que é aprovado por esses conselheiros. Depois, a cada ano, existe também a prestação de contas, que finaliza o ciclo do ano de cada exercício. Nesse ano, em todos os contratos em andamento, que inclusive são da Sehab, há ações da subprefeitura também, que já vinham em andamento. Eles continuam, e há previsão de prosseguirem no ano que vem, porque o fundo ajuda a portar recursos para várias secretarias.

O SR. ANTÔNIO – Outra questão nessa mesma pergunta foi quanto aos recursos de desapropriação. Nesse ano, já pagamos 80 milhões de reais para compra de áreas em todo o município de São Paulo. Existe uma programação de mais de 180 milhões de reais, para já

iniciarmos pagando já no começo do ano que vem. Para o programa dar certo, a nossa meta é, até o meio do ano, no mais tardar junho do ano que vem, os processos de desapropriação estarem concluídos, com os pagamento, com a emissão na posse, para dar tempo de serem realizadas as obras e entregarmos as 55 mil unidades até 2016.

A outra questão é sobre o Fundo Municipal de Habitação e do Conselho Municipal de Habitação, de que os recursos desses ano estão 18% abaixo. É verdade.

Peço que o Sr. Marco Antonio Biasi, meu Secretário Adjunto, explique a situação em que se encontra o conselho e o fundo, dando uma explicação do que está acontecendo.

O SR. MARCO ANTONIO BIASI – Boa tarde a todos. O Fundo Municipal de Habitação tem as suas atividades interrompidas, em função de uma demanda judicial, que felizmente está no final desse processo. A comissão eleitoral, que está dirigindo os trabalhos, marcou para 30 de março a eleição do segmento entidades habitacionais, para realizar as eleições. A partir daí, normaliza-se o seu funcionamento.

Para o orçamento do ano que vem, estão previstos 87 milhões, porém a destinação desses recursos, dentro das atribuições do fundo, deverão ser decididos pelo novo conselho, depois de eleito. O conselho é tripartite. Há Prefeitura, entidades da sociedade civil organizada e, separadamente, as entidades da área habitacional, que compõem o conjunto de membros desses conselho. Dada à proximidade do fato, depois de recomposto esse conselho é que ele definirá a aplicação dos recursos para 2014.

Durante esse exercício, dado o não funcionamento já desde 2009, da função dessa demanda judicial, a única despesa que vem ocorrendo no fundo é o pagamento da parceria social, as famílias incluídas pelas características, quando removidas na inclusão de um benefício, como o aluguel social, que a Sehab pratica diretamente. A parceria hoje agrega mais de cinco mil famílias contempladas nesse tipo de auxílio, e esse processamento tem sido pago rotineiramente *ad referendum* do conselho, porque o conselho está com a sua atividade paralisada, porém essa atividade era da prática usual do conselho, de suprir esses

pagamentos.

Então, ele vem ocorrendo normalmente, até que, a partir de março a nova direção deste Conselho restabeleça os procedimentos de aplicação desses recursos. Como disse, para 2014 são previstas movimentações em torno de 87 milhões de reais. Esses são os números e o funcionamento do Conselho que apenas tem essa aplicação em função da sua falta de condição operacional até que se nomeie, pela eleição, a nova direção do mesmo.

Ok? Alguma pergunta?

O SR. SECRETÁRIO - Obrigado.

O SR._____ - Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO - Concluindo, a questão da receita da operação urbana está contemplada no orçamento, tanto da Faria Lima como da Água Espriada está na linha... Denise, pode falar qual é a linha?

A SRA. DENISE – Aqui no orçamento da Sehab está no Programa de Construção de Unidades Habitacionais, na fonte 08, 110 milhões. Este ano concentrou e ao invés de termos o Programa Operações Urbanas ficou concentrado no programa. Foi a Prefeitura que teve esse entendimento. Então só estamos justificando.

O SR. SECRETÁRIO - Mas com certeza está lá o recurso e é muito importante para nós esse recurso. E as obras estão em andamento normalmente.

Maxwel Costa, é importante o que você frisou, a questão da desapropriação. Realmente esses recursos virão para dar conta de concluir a nossa meta das 38 mil unidades habitacionais a serem desapropriadas em terrenos desapropriados.

As 25 mil unidades que até hoje estão contratadas, e que falei que já havia 1.500 que inauguramos este ano, vieram iniciadas da gestão anterior. Tudo o que a gestão anterior fez nós demos continuidade em todos os setores, tanto em convênio com o Governo do Estado como quando se utilizou recurso de fundos. Tudo o que veio demos continuidade e vamos concluir tudo que se iniciou na gestão passada também.

Aproximadamente ainda temos cinco mil unidades em execução – quatro mil e poucas unidades – que vieram remanescentes dos anos anteriores, tanto na área de urbanização de favelas como de convênios com o CDHU.

A verba destinada realmente para construção, que está contemplada como falei, nós vamos entregar as chaves de 55 mil unidades para os mutuários, e vamos deixar contratado mais cento e poucas mil unidades porque é muito dinâmico o nosso trabalho. Temos de dar continuidade e não vamos parar.

Então se Deus quiser vamos deixar uma herança positiva para o próximo Prefeito e para o próximo Secretário da Habitação. Isso vai ser importante.

Andressa, a resposta de onde estão as casas já falei que o site é um caminho, outro caminho é nos procurar, comparecer nas audiências que vamos fazer nas subprefeituras e a participação popular é muito importante também.

Com relação à área da Petrobras, estive na quinta-feira passada na sede da Petrobras aqui em São Paulo, na Av. Paulista, junto com o pessoal do Governo do Estado, da Secretaria da Habitação, da Diretoria da Caixa Econômica Federal e a Diretoria de Patrimônio da Petrobras e ocorre com relação à contaminação que a Cetesb dividiu em duas fases. A primeira, contaminação de água do subsolo e para essa parte já foram feitos todos os ensaios e se verificou que não há problema construir habitações populares, desde que não tenham subsolo. E como não vão ter subsolo porque vamos trabalhar com prédios de térreo e podem chegar a mais 12 andares, de acordo com o novo plano municipal e suas novas diretrizes, então não há problema com relação à contaminação de água ou de subsolo.

Porém, a Cetesb detectou que alguns pontos do terreno têm metanol exalando até hoje, e pediu que fossem feitos mais 200 poços de controle do gás metanol. A Petrobras garantiu que o início desse trabalho ainda será neste mês de novembro, só que para ter uma posição final sobre a contaminação só em março. Por isso voltamos a agendar uma próxima reunião para final de março junto com o Estado, a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e

com a análise final da Cetesb. Caso dê tudo certo, só a partir daí, depois que se provar que a área está descontaminada ou que tem a contaminação, mas que se possa fazer um programa de trabalho para descontaminar a região é que a Caixa Econômica Federal vai liberar o início do processo de compra do terreno. Antes disso ela não pode iniciar os trabalhos de aquisição da área, embora a avaliação do terreno já está pronta, a Petrobras já concordou com os valores pré-estabelecidos, mas tudo dando certo é só a partir de março que vamos poder voltar ao assunto sobre Petrobras, mas é de suma importância continuarmos esse programa que faz parte das 55 mil unidades que temos de viabilizar de qualquer maneira.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O Vereador José Police Neto pediu a palavra. Não sei se o Secretário ainda quer concluir as perguntas.

O SR. SECRETÁRIO – Há três perguntas que acho que esqueci de falar. Pode ler para mim?

A SRA. DENISE – Qual o valor do aporte financeiro do Minha Casa Minha Vida Entidades. Qual a rubrica?

O SR. SECRETÁRIO – O Programa Entidades, dentro das 55 mil unidades, vamos reservar 11 mil, 20%, conforme promessa do Prefeito Haddad, que serão distribuídas para as entidades. Vamos criar o chamamento dentro da Cohab, as entidades vão se habilitar e vamos desapropriar essas áreas – já há áreas em processo de desapropriação – e vamos fazer o chamamento para as entidades interessadas receberem o aporte de 76 mil reais, mais 20 mil reais do Casa Paulista e o terreno vai ser doado pelo Município.

Por outro lado, dentro da Diretoria de Planejamento da Sehab, estamos dando um suporte técnico e dentro do Departamento Técnico da Cohab estamos ajudando todas as entidades que precisarem do apoio técnico para viabilizar empreendimentos, qualquer que seja, estamos disponíveis para esse atendimento.

A SRA. DENISE – E quanto teremos para comprar terrenos na Cohab para o Minha

Casa Minha Vida FAR.

O SR. SECRETÁRIO – Tudo o que estamos fazendo é via Cohab. Toda a desapropriação está sendo feita pela Cohab e todas as 38 mil unidades habitacionais que estão nesses terrenos que estão sendo desapropriados vão ser doados para o Fundo FAR, para o Programa Minha Casa Minha Vida.

A SRA. DENISE – E a última é quando sairá o PL de aporte financeiro e compra de terreno para o Minha Casa Minha Vida Entidades.

O SR. SECRETÁRIO – Esse PL eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quem fez a pergunta? É um PL?

O SR. SECRETÁRIO - Os terrenos que vamos desapropriar pela Cohab, passa direto, com doação, custo zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes de encerrar a audiência de habitação, vou passar a palavra ao nobre Vereador José Police Neto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Não. O Município está desapropriando. A média nossa de desapropriação está em torno de 12 e 15 mil reais por unidade habitacional, mas podemos chegar até 20 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao Vereador José Police Neto e, em seguida, encerramos a audiência de habitação. Depois, temos duas secretarias: Desenvolvimento Urbano e Licenciamento.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradeço ao Sr. Presidente, peço desculpas pela minha ausência no início da audiência, precisava avançar em outros assuntos, mas voltei para abordar alguns temas que me parecem fundamentais nesse debate.

Um deles: a forma e a disposição que a Secretaria de Habitação vai 'performar' os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.

A primeira preocupação é entender se os recursos do fundo de saneamento

ambiental estarão exclusivamente para as áreas de mananciais da zona Sul ou também serão utilizados para as áreas de mananciais da zona Norte.

Como o projeto traz detalhamento dos programas e atividades e não dá intervenção físico-territorial, temos sempre dúvidas para onde vão esses recursos.

Então como será essa distribuição de recursos, aqui elencados na ordem de seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e nove, com um crescimento pequeno do exercício anterior. Na realidade, isso é resultante dos recursos transferidos pela Sabesp.

Há ainda a pergunta: porque nesse ano não conseguiremos ainda atingir o volume de recursos que é repassado. Na realidade, se temos contratos assinados que permitem utilizar esse recursos, então porque não conseguimos manter um grau de execução desses recursos e, assim, possibilitando à população enxergar a contrapartida com esse valor que a Sabesp está trazendo para a Cidade.

Outro questionamento é: como a sociedade pode acompanhar os recursos que estão sendo investidos na compra de áreas. Na realidade, como aqui tem uma parte grande do movimento popular de moradia que acompanha *pari-passo* o desenvolvimento, pergunto: como essa população pode acompanhar a compra de terrenos?

A compra de terrenos é a condição básica para que eles – que atuam associativamente – tenham oportunidade. Muitas vezes, as organizações buscam e ofertam áreas para o setor público, realizam isso de maneira absolutamente consequente, mas ficam, muitas vezes, sem nenhum retorno se aquele terreno foi estudado pela organização, se aquele trabalho realizado pelo movimento consegue ter alguma resposta a partir do orçamento.

Tem outra questão, igualmente fundamental: no Fundo Municipal de Habitação – que é, dos recursos públicos, o que tem a gestão democrática mais intensa – nós estamos perdendo, ao longo do tempo, volume de recursos.

Então o esforço é: como podemos carregar mais recursos para a área onde a

sociedade participa da decisão junto com o Governo.

Vejam: estamos conseguindo apresentar, para cada projeto de lei que chega na Câmara Municipal com a pretensão de vender terrenos há um condicionante: se for vender esse recurso tem de ser aportado no Fundo Municipal de Habitação. Para quê? Darei alguns exemplos a seguir.

Para os terrenos imóveis de herança vacante, estamos quase conseguindo um condicionante: ingressou no patrimônio do Município, tem sua venda autorizada, e o recurso dessa venda ingressa no Fundo Municipal de Habitação exatamente pela lógica de um dinheiro que não tinha previsão orçamentária, pois ninguém podia prever que alguém sem herdeiro ou sucessor, deixaria isso para o Município. Portanto, se não tinha previsão – e sabemos que falta habitação para muitos cidadãos – ele acabe ingressando para a área em que, mesmo se tivesse seis, sete ou oito bilhões por ano, ainda faltaria dinheiro.

A mesma coisa acontece com as áreas de grande valor que o Município está vendendo nesse momento. A municipalidade deve vender, se não esse ano – ano que vem – uma grande área sempre usada pela Fundação Getúlio Vargas, situada na avenida Nove de Julho. Deve render 40 ou 50 milhões de reais na venda.

Eles não aparecem na composição do Fundo. Então quando olhamos o Fundo, ele não consegue refletir aqueles imóveis já condicionados à venda para o Fundo. E, portanto, cria-se uma lógica de não se conseguir nem anunciar aquilo que de recurso teremos.

Portanto, acho que a questão do Fundo Municipal de Habitação em especial - pois esse Fundo tem uma relação com o Conselho Municipal de Habitação e que nos parece o fragmento mais democrático e participativo dos recursos da Secretaria da Habitação – tem de ter seus recursos potencializados.

Para finalizar, sugiro que tratássemos com maior esforço duas questões que aparecem de maneira pulverizada na composição orçamentária.

A primeira: assistência técnica no âmbito do MCMV. Entendo que temos de deixar

dotações orçamentárias abertas, mas imaginar que gastaremos cem mil reais para o auxílio técnico de algo que estamos dizendo ser tão importantes, ou seja, as entidades encontrarem áreas, não me parece que o discurso controí lógica.

Se estou dizendo que vou ajudar muito o processo do Minha Casa Minha Vida entidades, a assistência técnica a essas entidades têm de seguir minimamente esse desejo anunciado pela Administração. Se não, fica de um lado eu adquirindo terra e, de outro, eu sem a capacidade orçamentária de oferecer os técnicos para, de fato, esse terreno redundar em habitação.

Também corremos o risco de sair desenfreadamente construindo áreas e não termos condição de transformar essas áreas, de fato, em bairros com qualidade para a população que vai lá viver.

Falo isso, pois teremos, na quinta-feira dessa semana, nesse mesmo auditório, um debate, momento em que apresentaremos nesses dois telões o quanto as ZEIS – apresentadas no Plano Diretor – estão na extremidade da Cidade e o quanto essas ZEIS não mantêm nenhuma relação com os corredores que passaram a ter coeficiente de aproveitamento 4.

É quase dizer para a sociedade paulistana que vai ter muita Minha Casa Minha Vida na Cidade de São Paulo, mas que será Minha Casa Minha Vida longe de tudo. (Palmas)

Esse apoio técnico tem por característica, inclusive, apontar para a sociedade – e quem sabe apontar ainda no período de tramitação do Plano Diretor Estratégico – que parte dos corredores anunciados – e que já terão coeficiente de aproveitamento 4 automaticamente – já precisam ter um volume de 25 ou 30 ou 35% de ZEIS programadas.

E não é ZEIS 1, que é o reconhecimento de uma favela que já está ali. É sim terra boa para edificação de Habitação de Interesse Social. Senão, a gente não consegue relacionar a política de desenvolvimento urbano da política habitacional da Cidade e a gente vai continuar encontrando terrenos fora da Cidade, praticamente, para essa ação. Falo isso porque foi o

Movimento Popular de Moradia que achou a Petrobrás. Falo isso do Governo ao qual pertencia. Foi o Movimento Popular de Habitação que achou. Não só esse, muitos outros terrenos, dotados de infraestrutura e próximos do centro urbano que gera economia, portanto, gera emprego. Essa é uma questão definitiva para a política habitacional que foi anunciada pelo Prefeito, no período eleitoral.

Quero crer que a gente consiga tanto aprimorar o Orçamento, para que ele fique mais parecido com o discurso eleitoral, como o Plano Diretor. Porque se esses dois estiverem desassociados, por mais que a gente execute as 55 mil unidades, todas estarão fora do eixo de desenvolvimento da Cidade, garantindo o aparecimento de novas cidades Tiradentes e novas cidades adventistas - criadas a pretexto de termos uma Cidade -, porém o que não se tem lá é direito à Cidade.

Essas são as abordagens que acho necessárias para a gente entender que o Orçamento do próximo ano e a composição do nosso PPA apontam para a ocupação da Cidade equilibrada e não para essa apresentada no Orçamento. Essa, apresentada no Orçamento, da mesma forma que a apresentada no Plano Diretor, ainda continua garantindo áreas de ZEISs na extrema periferia, continua não mantendo relação saudável entre os corredores de carregamento com Habitação de Interesse Social e, portanto, mantém a lógica perversa de ter a população de baixa renda na extrema periferia e a população que já tem oportunidade da sua casa nesses centros urbanos mais adensados construtivamente, mas não habitacionalmente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador. Vou passar a palavra ao Secretário para as considerações e, logo após, passaremos ao encerramento da audiência da habitação, porque temos duas outras secretarias.

Por favor, Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Vamos começar pelo

FMSAI e a Denise fará uma explicação sobre os recursos.

A SRA. DENISE – O Fundo Municipal de Saneamento, no exercício de 2012, conta hoje com execução dos 600 milhões previstos, 340 agora e há uma suplementação que foi viabilizada e que será de 390. No exercício de 2014, a previsão, com base nos repasses da Sabesp para o Fundo, também está na ordem de 340 milhões. Tudo isso está explicado no *site* do Saneamento. Há uma parte desses recursos prevista vinculada a uma determinada receita que se não ocorrer, diferentemente do repasse – que é uma obrigação que concorre trimestralmente -, não há possibilidade de executar.

Então, tenho uma parte de recursos líquida e certa e uma parte de recursos que depende de uma receita vinculada. Por isso a execução, neste ano, está batendo no limite do repasse da Sabesp integralmente e no ano de 2014, a previsão foi na mesma ordem de 2013 para 2014. Isto é, no mesmo patamar.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Com relação à questão da desapropriação, volto a falar que no *site* habisp.plus, vocês podem encontrar tudo que está acontecendo em desapropriação no Município de São Paulo. A gente está atualizando o *site*, pelo menos, a cada 15 dias e à medida que os processos judiciais vão dando posição do andamento, nós vamos atualizando dentro do terreno, se já houve emissão de posse, pagamento, se entramos com o Decreto de Interesse Social, enfim, é só acessar o habisp.plus.

Agora, nem todo mundo tem condições de acionar a internet, então, fica a proposta de qualquer dúvida ligar para a Secretaria, pedir informações. O departamento de planejamento, junto ao professor Martins, cuida dessa parte da Secretaria.

Com relação ao Fundo Municipal da Habitação, como o Secretário Adjunto explicou, o grande prejuízo que tivemos esse ano foi por conta da decisão judicial que atrapalhou o andamento e precisa ser eleito um novo conselho, que está previsto para 30 de março. Isso prejudicou muito o nosso desempenho esse ano porque não tivemos condições de aprovar aquilo que queríamos dentro do fundo e isso realmente traz o enfraquecimento desse

fundo. Vamos procurar inverter esse quadro e fortalecer da melhor forma possível justamente onde tem a grande participação popular, que é no Fundo Municipal da Educação.

Com relação à assistência técnica do Minha Casa, Minha Vida, teve uma previsão dos 100 mil reais, mas, na verdade, o trabalho da Secretaria não só nos contratos de gerenciadoras, que estão detectando áreas, trabalhando conosco nessa parte, o que fica para a Secretaria e para a Cohab é apenas a formatação dentro do Plano Diretor e das diretrizes, não é um trabalho muito grande na viabilização dos empreendimentos porque quando se faz o chamamento, a licitação de pois que é doado o terreno, para o Fundofar, é a construtora que ganhar a licitação que vai desenvolver todo o projeto básico e executivo e passar pelas aprovações.

Como temos uma ligação muito forte com a Secretaria de licenciamento, formamos uma mesa de trabalho para todo o projeto de HIS ter prioridade muito grande na aprovação dentro da Secretaria de Licenciamentos. É mais esse apoio técnico que estamos fazendo para viabilizar os empreendimentos dentro do programa Minha Casa, Minha Vida.

Com relação aos corredores de ônibus, esses eixos de mobilidade a grosso modo vão gerar 9 mil unidades habitacionais que não estão no nosso Plano de Metas e vão ser agora, assim que for aprovado o plano, é que vamos iniciar a prospecção e o trabalho deverá ser feito pela equipe da Cohab para poder trabalhar nas desapropriações e na viabilização de mais ou menos 9 mil unidades que vão ser agregadas a 55 mil unidades que estamos planejando.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A maior alteração que o Plano Diretor vai produzir, anuncia a possibilidade de 9 mil unidades habitacionais?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO - Aproximadamente pela mapeamento que temos hoje.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, você está confirmando nossa tese, o Plano Diretor está errado, porque se ele garante naquilo que é a maior inovação, 9 mil unidades

habitacionais...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Só nos eixos de mobilidade, dentro do perímetro dos eixos de mobilidade.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Esse é o perímetro que vai representar a única mudança da primeira para a segunda fase do Plano Diretor, não tem nenhuma outra porque as ZEIs1, que é reconhecimento de favelas. Vou dizer por que estamos com essa dificuldade. Porque fizemos a opção de adormecer o PMH. Se o PMH estivesse sendo debatido, tínhamos no debate do PMH encontrado áreas junto com a população que aqui está dentro dos eixos de mobilidade, onde você tem de trazer de fato a população de média e baixa renda. Dizer que vamos conseguir construir 9 unidades habitacionais em todos os eixos, em todos os eixos de mobilidade na Cidade é absolutamente nada a fazer.

Estou trazendo isso porque é bastante preocupante o número. A expectativa que tínhamos é que essa automaticidade de dar um coeficiente 4 de aproveitamento para os corredores, tinha como previsão chegar à população de média e baixa renda.

Se estamos trabalhando com 9 mil unidades habitacionais é porque, de fato, não conseguimos sobrepor o sonho da habitação ao desenvolvimento urbano previsto no plano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Secretário?

O SR._____ - Gostaria de chamar Marcia Terlize porque ela participou da mesa de trabalho do desenvolvimento do Plano Diretor. Ela é a pessoa mais credenciada para fazer essa explicação.

A SRA. MARCIA TERLIZE – Boa tarde a todos. Gostaria de acrescentar à fala do Secretário que, na verdade, as 9 mil unidades previstas já estão vinculadas ao PAC pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Mas isso não significa que vamos construir, ao longo dos corredores, só 9 mil. Esses 9 mil é o que temos de recursos vinculados à obra dos corredores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas vocês sabem qual é cálculo dos

corredores?

A SRA. MARCIA TERLIZE – O cálculo dos corredores está sendo finalizado. Estamos participando de reuniões com a SPTrans, SPObras e Sehab, que está propondo o plano de reassentamento desses corredores que, além de prever áreas de reassentamento das famílias impactadas pelas obras, também iremos prever outras áreas de HIS.

Vejam: não necessariamente que vamos construir Minha Casa Minha Vida vinculada, mas, futuramente, deixar marcadas como previstas para Habitação de Interesse Social. Para tanto, já estamos negociando e já houve uma conversa com o SMDU no sentido de encaminhar um substitutivo do mapa de ZEIS, demarcando as mesmas longe dos corredores.

E o Vereador José Police Neto tem razão: no projeto atual que foi enviado não existem ZEIS ao longo dos corredores, mas vamos encaminhar um substitutivo a partir dessa prospecção e desse plano de reassentamento que estamos fazendo.

O SR. _____ - Vereador Police, os 9 mil que falei, é realmente do PAC mobilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Secretário, à Denise, ao Ricardo Secretário Adjunto, e a todos que fizeram uso da palavra.

Continuaremos com a audiência pública e anuncio que vou fazer uma audiência pública também sobre o Plano Diretor para incentivar um debate importante com a Secretaria.

Muito obrigado a todos.

Continuaremos com duas Secretarias: de Desenvolvimento Urbano e a de Licenciamento. Estão presentes os Srs.: Felipe Cavalcanti e Paulo Ricardo, com os quais combino dez minutos para cada um, assim apresentam o orçamento da Secretaria de Licenciamento e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em seguida, abriremos para os debates.

Gostaria de avisar ao pessoal que está saindo que estava prevista, em nossa

agenda, a vinda do Secretário Ricardo Teixeira para discussão da audiência pública que tem como objeto o orçamento da Secretária do Verde e Meio Ambiente.

Tivemos a informação que houve um desencontro de agenda – segundo o Caio – e, por isso, estamos reagendando para o dia 25, às 14h, com a garantia de que o Secretário vem.

São seis inscritos para falar sobre o tema. Vamos abrir o debate e quem quiser falar das Secretarias, por favor, à vontade. Depois podem falar aqueles do Meio Ambiente que estão presentes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Repito: a data da audiência da Secretaria do Verde e Meio Ambiente será 25 de novembro, das 14h às 17h. Nesse dia, teremos: Coordenação de Subprefeituras; Secretaria de Serviços; Infraestrutura Urbana e Obras – que o Eduardo havia perguntado -; Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; e Secretaria de Política das Mulheres. Teremos também os Fundos de Iluminação, SPObras e SPUrbanismo e a Fundatec.

Comprometo-me que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente seja a primeira. Por favor, pode colocar na minha agenda.

Vamos começar agora com a do Verde e Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Sr. Paulo, por até dez minutos, para falar da Secretaria de Licenciamento.

O SR. PAULO GIAQUINTO – Sou Paulo Giaquinto, sou Secretário Adjunto de Licenciamento. Depois de uma Secretaria tão grande, falar da minha, que é pequena, parece até fácil.

A Secretaria de Licenciamento era até o ano passado, ou melhor, até o meio desse ano, parte da Secretaria de Habitação. A de Habitação foi desmembrada pelo motivo de se priorizar um pouco essa questão do licenciamento.

Junto com a Secretaria das Subprefeituras somos responsáveis pela maioria dos

licenciamentos em São Paulo. Temos interface com as Secretarias: do Verde e Meio Ambiente; de Cultura; de Desenvolvimento Urbano; Siurb e mais uma – que agora não me lembro -. Com essas interfaces buscamos informações para depois poder aprovar.

Somos responsáveis: pela aprovação de projetos de edificações acima de 1,5 mil metros quadrados; pela segurança das edificações, principalmente, em casos de incêndios; pela aprovação de projetos especiais, tais como antenas e depósitos de combustíveis; pela aprovação da acessibilidade por deficientes físicos; de locais de reunião; pela aprovação de eventos temporários; e pelo certificado de conclusão de indústrias e conjuntos habitacionais.

Praticamente, nossa Secretaria só tem custeio, manutenção, administração e desenvolvimento de sistemas. O nosso orçamento é de cinquenta milhões, oitocentos e noventa e sete mil. Gastamos com pessoal: trinta e oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil. Somos, hoje, em mais ou menos, 550 funcionários, dos quais 331 são engenheiros e arquitetos.

Nosso trabalho foi transformar aquele departamento – que era da Sehab até o ano passado e foi motivo de tanta discussão no ano de 2012 – e levá-lo por um caminho mais tranquilo e mais transparente e, claro, mais eficiente.

Encontramos a Secretaria com 25 mil processos estocados e, hoje, já devemos ter por volta de 18 mil. Isso não adianta nada, porque sendo uma das 18 mil pessoas, ela continua na fila. Criamos um setor específico para ajudar nas aprovações de habitações de interesse social. Estamos participando da revisão da legislação do Plano Diretor e do Código de Obras, juntamente com a SMDU e as subprefeituras. Graças a uma série de pequenos projetos de lei e decretos, um deles o do Vereador Ricardo Nunes, que cria o projeto simplificado, temos conseguido desburocratizar bastante a aprovação de projetos e outros licenciamentos. Não é fácil livrar-se de um estoque de 25 mil processos ou até processos parados até há cinco anos, sem serem analisados. Isso está nos dando um trabalho muito grande. A equipe técnica está fazendo um esforço muito grande.

Nos três primeiros meses de funcionamento da secretaria, conseguimos licenciar cerca de seis mil unidades de habitação de interesse social. Antes era muito raro isso ser aprovado.

Faço aqui um agradecimento especial ao Vereador Ricardo Nunes. Um dos projetos de lei que está ajudando a nossa vida, que virou lei, é de sua autoria, do projeto simplificado, que vai ajudar muito o nosso trabalho. O projeto simplificado significa que não vamos olhar o interior da edificação. Só vamos cuidar do direito de vizinhança e da relação com o Plano Diretor. Por que isso não pode ser aplicado em todos os casos? Porque, nos edifícios maiores, onde há elevação e segurança contra incêndio, não podemos trabalhar com o projeto simplificado. Só podemos trabalhar com o simplificado quando não houver nenhuma desses dois problemas.

O nosso caso é muito simples. Não há muito o que se explicar. Gastamos 38,5 milhões com pessoal e, no total, 50.897.000 reais com tudo. A parte de informática vai ser centralizada pela Secretaria Municipal do Planejamento. Então, isso já não está nos nossos custos.

Temos um problema a resolver, o sistema eletrônico de licenciamento, que foi formulado para pequenas edificações. Originariamente, era para ser usado só nas subprefeituras. Quando foi implantado para todas as edificações, nas edificações grandes, ele não conseguiu ser viável. Então, precisamos votar o projeto de papel na nossa secretaria, enquanto as subprefeituras continuavam no licenciamento. Estamos desenvolvendo alterações nesse sistema, para podermos voltar ao sistema eletrônico daqui a um tempo.

Um dos casos que percebemos é que temos de contar as vagas dos estacionamentos nos estabelecimentos. Então, pelo processo eletrônico num *shopping center*, que tinha cerca de três mil vagas, tínhamos de contar vaga por vaga. Quando se trocava a folha, o sistema pagava a contagem. Temos esses problemas. Perto da Secretaria Municipal da Habitação, a nossa questão é muito simples.

Estou aberto a explicações detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Felipe.

O SR. FELIPE – Boa tarde a todos. Sou da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Foi passar rapidamente como foi a construção lógica do orçamento da SMDU para esse ano.

Essa é uma secretaria meio, que produz projetos. Então, a competência é voltada para o planejamento urbano e a promoção de desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo.

Próximo, as metas de Governo que a SMDU está vinculada, direta e indiretamente, como produtora de insumos para os projetos ou como produtora direta de produtos para a consecução dessas metas são essas aqui. Ressalto algumas, como o Plano Diretor Estratégico, que está hoje em tramitação nessa Casa, com um projeto de lei, e a revisão da lei de parcelamento e uso do solo, que tem a ver com a revisão do marco regulatório da Cidade. Abaixo, vemos o programa de drenagem de águas pluviais. Temos o estudo do projeto do Arco do Tietê.

Próximo, para a consecução dessas metas pela Secretaria, ela se enquadra em três programas de Governo, modernização e descentralização de gestão, requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos e o suporte administrativo.

Próximo, o orçamento de programa da SMDU para 2014 tem um total de 191 milhões. Desse total, divididos nesses três programas de Governo, 161 milhões é o nosso aporte mais significativo, que está vinculado à requalificação, à promoção e à ocupação dos espaços públicos. Há uma verba de custeio de suporte administrativo de 25 milhões, onde já está contemplada a folha de pagamento e auxílios.

Próximo, aqui está a representatividade do orçamento da SMDU, frente aos programas. O orçamento global da Prefeitura, nos programas citados, representa hoje, somado, 2,31% dos 8,2 bilhões que a Prefeitura pretende investir nesses três programas

citados.

Próximo, esse é um slide que mostra os nossos projetos, da composição do orçamento de investimentos, dos 191 milhões de reais. Aí podemos destacar que o programa 3352, referente à recodificação de bairros de centralidades, vinculado à verba do fundo de desenvolvimento urbano, contempla 50 milhões de reais de investimento.

Como uma das nossas metas também, que já entrou em execução, está o desenvolvimento do sistema integrado de informações geográficas, conhecido como a sigla Siga SP, que vai receber um aporte de 4,7 milhões de reais no ano que vem, em 2014.

Próximo, aqui há a explicação de alguns projetos, dessas fontes. Aqui se fala novamente sobre a revisão do marco regulatório, na ação 1241, rubrica da secretaria. Vemos aqui o estudo do Arco Tietê e a revisão da lei de parcelamento em uso e ocupação do solo.

Esses são os projetos de fontes vinculadas às operações urbanas. São fontes oriundas do fundo de operações urbanas, a não ser a primeira, a 3352, que é o fundo de desenvolvimento urbano.

Pode passar para o próximo projeto.

Aqui é a classificação orçamentária da SMDU, que demonstra o total de investimento e as fontes correlatas.

Próximo slide.

Aqui é uma compilação total do orçamento previsto para 2014, de 191 milhões, sendo que 86% desse orçamento é investimento de capital em projetos e 26 milhões, ou seja, 14%, é o custeio da Secretaria.

Aqui é uma breve demonstração da nossa capacidade de execução orçamentária nos últimos anos, 2012 e 2013. A título de ilustração, neste ano de 2013, tivemos um orçamento aprovado de 125 milhões; liberados, 105 milhões; executados até o momento, 84 milhões. São cerca de 80% do nosso orçamento já executado.

Esta apresentação é bem sucinta, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Felipe.

O SR. RICARDO NUNES – Felipe, você pode colocar a apresentação nº 9? Sobre aumento de capital da São Paulo Urbanismo, você poderia falar o porquê e para quê?

O SR. FELIPE GAROFALO CAVALCANTI – Então, Vereador, o aumento de capital na São Paulo Urbanismo, uma rubrica que é constantemente prevista no orçamento da Secretaria, porque a empresa São Paulo Urbanismo não é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Hoje, acho que a previsão do aumento de capital é ínfima, é só para previsão dessa rubrica, caso haja necessidade de suplementação. Hoje, então, a São Paulo Urbanismo não precisa desse aumento de capital.

P – A São Paulo Urbanismo tem um percentual das operações urbanas, certo?

R – Exatamente. A previsão, Vereador, é de mil reais. É uma previsão mínima, só para manter a rubrica no nosso orçamento e possibilitar uma eventual complementação. Mas ela recebe, sim, uma taxa remuneratória da administração dessas Operações Urbanas.

O SR. RICARDO NUNES – Eu queria parabenizar a Secretaria de Desenvolvimento, que tem à sua frente uma Secretária coerente, que escuta a população, que conhece a Cidade.

Em relação à mudança das legislações, Paulo, está previsto alguma coisa para melhorar? Por exemplo, você falou agora há pouco daquela lei que fizemos sobre a simplificação da licença de funcionamento. Há outras aberrações na Cidade, como por exemplo, da lei que versa sobre posto de gasolina, autorizando-os a ter outras atividades no mesmo espaço, como loteria e lojas de conveniência. No entanto, o seu artigo 2º especifica que tem que haver 20 metros entre os estabelecimentos e a bomba. Quer dizer, uma aberração. Seria como se a Secretaria de Desenvolvimento Urbano falasse que pode ter aeroporto em Parelheiros e desse um parecer falando que pode. Então, isso é fruto de ação de gente que não conhece a Cidade.

Como é uma Secretaria muito voltada à questão da legalidade da Cidade, neste

momento em que a Cidade vive, de combater a corrupção, ela é muito importante. Sempre digo ao Prefeito Fernando Haddad que sempre temos que tirar a possibilidade de alguém que quer vender facilidade.

Por fazer parte da Comissão de Finanças, se precisar aumentar alguma coisa, para poder trabalhar dentro dessa linha, tenho certeza de que você vai ter o maior apoio, porque vemos que vocês, diferentemente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vocês estão trabalhando com muita realidade na Cidade.

Quero, então, saber como trabalhar essas questões. Talvez nem seja assim tanto o recurso, mas o fim disso vai ajudar bastante. Essa lei, por exemplo, do posto de gasolina, dos 20 metros, temos que mudar isso. Vocês estão liberando licença para posto de gasolina mesmo com essa lei em atividade. Esse é apenas um exemplo, mas posso citar vários outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, não tenha dúvida de que, se precisar, vamos discutir como suplementar.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Giaquinto.

O SR. PAULO RICARDO GIAQUINTO – Vereador, o nosso trabalho é aplicar a lei, e isso não é fácil, porque a lei tem uma série bem grande de incongruências. No geral, estamos trabalhando com a Revisão do Plano Diretor. Em seguida, haverá a Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, o zoneamento, especificamente, e já começamos a participar da Revisão do Código de Obras. Essa história dos 20 metros é uma lei específica de posto de gasolina.

Além desse grande marco regulatório, não queremos esperar isso. Toda e qualquer mudança que possa vir com uma lei específica, um decreto... Por exemplo, se um Vereador ou uma pessoa detecta um problema e o leva para nós, temos ordem do Sr. Prefeito de não esperar o Plano Diretor nem a Lei de Zoneamento ou do Código de Obras. A ordem é fazer lei específica, fazer decreto específico.

Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Código de Obras levam tempo para serem

elaborados e aprovados. A maioria dos pontos do Plano Diretor, por exemplo, não tem aplicação imediata, é diretriz, no nosso caso, para a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Temos duas frentes de trabalho, duas frentes sob a legislação. Uma na legislação geral. Toda e qualquer contribuição que possa gerar uma lei que vá simplificar a vida de todo mundo, estamos abertos a recepcionar imediatamente. Foi o caso do projeto simplificado que, no nosso caso, tem pouca influência, mas que, no caso das subprefeituras, é o máximo, porque vai dar uma limpada geral lá.

Esse nem era assunto nosso, mas ajudamos a fazer, pois foi um pedido. Se eu bem me lembro, fazia uns 20 anos que as pessoas vêm pedindo o tal projeto simplificado, que nunca saía. Agora saiu. É uma pena que não conseguimos levar isso em relação à questão da segurança contra incêndio e a questão dos elevadores, mas acho que chegamos lá.

O SR. RICARDO NUNES – Se você me permite, Paulo, eu queria saber se, dentro desse orçamento, há algum recurso para criar um grupo de trabalho a fim de melhorar a legislação, porque, volto a enfatizar, se continuarmos tendo legislação que gere dificuldade para alguém vender facilidade, nunca vamos parar de ver em manchetes de jornais essas coisas que temos visto. Então, era essa, de repente, a contribuição que eu queria dar, como membro da Comissão de Finanças. Quero saber se precisa ou se vocês estão vendo isso ou não, porque isso não pode ser. Por exemplo, se considerarmos a igreja, para que precisa de vaga de estacionamento se ela fica o dia todo fechado e só será usado no horário da missa? É ilógico ter uma vaga para cada 35 metros, ou seja, poderemos ficar até amanhã falando das aberrações da legislação desta Cidade.

Vocês que chegaram agora, com uma Secretária que conhece a cidade, porque tem Secretária que não conhece depois da ponte de Santo Amaro, é Secretário de *power point*. É uma luta nesta Casa para poder mostrar as besteiras que o povo faz. Como vocês estão com essa visão nova, acho que podem ajudar muito. Se algum Vereador detectar um problema, vocês estarão lá.

Era isso. Há um grupo lá para rever a legislação? Não tem? Podemos ajudar? Não

pode?

O SR. PAULO RICARDO GIAQUINTO – Existe um setor que se chama Secretaria Especial dos Colegiados, com os seguintes grupos: a Ceuso, o CAEHIS – de Habitação de Interesse Social – e o CAIEPS – que é de aprovação de projetos grandes, os NR-3, Não Residenciais Tipo 3.

Como somos uma Secretaria que praticamente só usa gente, são 331 técnicos e usamos esses técnicos para montar os grupos de trabalho. Já temos grupo de trabalho do Código de Obras, do Plano Diretor e a Ceuso que é responsável pela revisão da legislação pontual. O mais importante é que, além do que a gente detecta no dia a dia, estamos abertos a qualquer colaboração, principalmente, dos Vereadores, porque a gente detecta todo dia novidades.

Vou contar um fato que é uma coisa de louco. Outro dia apareceu um processo de 1988 perguntando se a demanda do processo era para cortar o mato do terreno do vizinho que estava alto e juntando rato e barata. Isso em 1988. Até hoje a Prefeitura não encontrou o proprietário do terreno do lado para entregar a intimação e são 25 anos esperando. Acessamos o *Google*, que mostra o terreno limpinho, bonitinho e virou uma praça interna de uma vila. Foram 25 anos, o processo andando, porque os mecanismos de decisão não previam aquele tipo de caso.

Então, a gente presencia loucura de todo tipo, por isso, qualquer contribuição é muito bem-vinda. A gente não consegue dar conta do universo de contradições que existem na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Exceto emenda para camisa de força, certo?

O SR. PAULO RICARDO GIAQUINTO - Emenda para camisa de força? Vamos precisar logo, logo. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está bom. Vou deixar aqui a sugestão para o Vereador. Vamos passar a palavra aos munícipes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A senhora acha que eu estou louco? Vou começar com a senhora, com a palavra a Dona Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde. Fico entristecida porque a turma só participa do que é de interesse deles. Só que isso é de interesse de todos, não é só

habitação.

Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso. Sou da região Leste, de Itaquera. Quanto à operação urbana, falo daquela população que mora próximo ao Córrego da Caititu, à Vila Nova, à Cidade AE Carvalho, à Campanela e à Zorilha(?), regiões as quais pertencem. Vamos a todos os lugares. Sabemos que haverá problemas naquele local, só que ninguém especifica o que vai acontecer. O meu maior medo é depois, na reintegração de posse, quando poderão passar máquinas e tratores junto com a Polícia de Choque. Será que essa população merece isso?

Quando falo, as pessoas escutam a periferia que está no extremo Leste. Todos falam de Itaquerão, de Coringão, só que não falam da população. Há a Cidade AE Carvalho e o Conjunto Habitacional Águia de Haia, onde há um terreno que nada há. Aliás, essa questão está até no Ministério Público. Temos só isso, miséria. Não temos educação e saúde, a não ser o AMA e o UBS de lá. Querem tirar o CAPS. Tiraram 38 telecentros.

Falam para olharmos na internet. Olhamos o quê, se os miseráveis não têm nem o que comer? Quanto à operação urbana, o que irão fazer com a população? O Sr. Prefeito nada passa para nós. Falo para toda a comunidade que não temos ninguém. Queremos alguém com dignidade que queira ajudar a população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sra. Maria do Socorro, no dia 25, virá aqui a Secretaria que trata dos telecentros.

Tem a palavra o Sr. Cláudio Costa Santos.

O SR. CLÁUDIO COSTA SANTOS – Boa tarde a todos. Sou do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo. Rapidamente, quero abordar dois temas. Primeiro, a população não foi ouvida em Pirituba, com relação à ponte de Pirituba. É um dinheiro que veio da Operação Urbana Água Branca. Isso vai contrapondo a proposta do Sr. Prefeito, quando S.Exa. fala do corredor de ônibus e do transporte coletivo. Então, a ponte lá vai priorizar o transporte individual. Segundo, com relação aos recursos da empresa São Paulo Urbanismo, isso iria disponibilizar recursos para o projeto do Centro de Convenções de

Pirituba, para o Expo 2020.

Gostaria de saber se esse recurso vai sair da São Paulo Urbanismo ou da SP Obras, porque não está havendo controle social, nem do orçamento desse dinheiro, que vai ser canalizado por isso, e muito menos um controle social do impacto ambiental e o prejuízo referente à fauna e à flora. Também gostaria de saber como obter acesso ao trâmite desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – Saúdo as Secretarias de Desenvolvimento Urbano, na pessoa do Sr. Felipe, e o Sr. Paulo, Secretário de Licenciamento, além da Assessoria, os Vereadores Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes, público presente e os militantes do Movimento de Resistência ao Apoio ao Orçamento Participativo.

A primeira pergunta é comum aos dois Srs. Secretários. Por que os Srs. Secretários Fernando e Paula não estão presentes, se essa reunião é anual? Geralmente, solicitamos que o Sr. Secretário ou a Sra. Secretária da pasta esteja presentes. Outras secretarias já não vieram. Foi adiada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Precisamos de explicações sobre a ausência do Sr. Secretário ou da Sra. Secretária titular da pasta.

Referente à Secretaria de Licenciamento, foi criada a lei 15.764(?) /13. Na minha visão, isso é equivocado, pois se criaram seis ou sete numa mesma lei, diferentemente no Governo Marta Suplicy, onde cada secretaria vinha com um projeto de lei. No meio Ambiente foi assim, como também a Segurança Urbana. A Comunicação desapareceu. Em cada pasta, tem de vir uma secretaria, porque há uma estrutura e uma organicidade. Por que juntaram várias secretarias importantes? Parece-me que o procedimento não foi muito claro. Apenas houve doze(?) dias de tramitação e uma audiência pública. Então, isso deixa a secretaria um pouco em maus lençóis, pois tanto falam em transparência, e a própria questão da lei, do processo legislativo não foi muito observado. A questão foi encerrada na parte de licenciamento. Queremos também a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O Prof. Cláudio, de tantas lutas, citou um ponto muito importante. Estivemos na audiência pública do Plano Diretor no CEU Vila Atlântica, no Bairro Jaraguá, em Pirituba. Só por um vício de não terem chamado o segmento indígena da Aldeia Pico do Jaraguá, já seria um fato para se anular essa audiência, porque o segmento indígena tem de ser comunicado de todas as atividades. Fizeram uma secretaria. Inseriram-nos na Secretaria de Igualdade Racial, mas me parece que esse segmento não foi nem mesmo comunicado. Então, é necessária maior transparência e melhor metodologia para o Plano Diretor, pois várias propostas foram aprovadas em até sete ou oito plenárias. Das 32, não foram nem consideradas. Cito, como exemplo, a questão do orçamento participativo.

Então, tudo isso tem de ser revisto. Vamos ter o período do Plano Diretor, para podermos abordar os pontos mais específicos. Quanto ao orçamento, o dado de execução até agosto é de 29,3%. Foi apresentado aqui 80. Acredito em que, em setembro ou outubro, foi executado bastante, pois, até 31 de agosto, 36,6 milhões do orçamento foram liquidados na SDU. Houve 125 milhões propostos. Também não se viu uma prestação de contas desse valor. Por exemplo, consta a Operação Urbana Vila Sônia. Essa operação vai desaparecer do mapa? Consta a Operação Urbana zona Leste, na região da Rio Verde e Jacu-Pêssego, uma importantíssima fonte de desenvolvimento dessa região. Também será extinta? Foi falado com a população, se ela quer ou não essa operação urbana? Não adianta haver posições autoritárias, riscando do mapa as operações urbanas e ficar por isso mesmo.

Quanto à Vila Carioca apareceu aí, na Mooca. Segundo novas diretrizes, nenhuma operação urbana nova vai ser contemplada. Então, o que vai e o que não vai entrar? É importante esse esclarecimento.

Por fim, há a questão da famosa empresa que antigamente participava da Emurb. Hoje é chamada SP Urbanismos. Não é somente mil reais, não. Falo de 84 milhões de reais. É a verba dessa empresa. Não falaram, por exemplo, que há o Cepac, 22,2 milhões. Quanto à contratação de terceiros, 20 milhões. É uma empresa pública, não faz licitação e vão contratar

terceiros como, com 20 milhões de reais?

Quanto à locação de estacionamentos, 290 mil e para locação de imóveis, 25 mil. Quer dizer, novamente há violação da transparência. Há dotações fora do orçamento, fora do novo CEU. Será que é lícito isso? Será que uma administração que se diz democrática e popular continua com os vícios de gestões passadas, tanto aqui combatidas, até como as neoliberais? Serão que vão manter essas práticas deletérias à democracia, dotações por fora do orçamento, por fora da prestação de contas orçamentária? São 84 milhões. Não são apenas os mil reais apresentados simbolicamente. Então, é necessário explicarem o que foi feito com esse dinheiro nesse ano de 2013, antes de colocar esses 84 milhões para 2014 na SP Urbanismo.

Por fim, gostaria de saber quem são os conselheiros de administração e os conselheiros fiscais dessa empresa. Houve mudança em relação a 2012? Gostaríamos de saber os nomes dos conselheiros fiscais e de administração dessa empresa SP Urbanismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Gostaria que fossem entregues essas rubricas clandestinas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Paulo.

O SR. PAULO – A Sra. Secretária não pôde vir, porque tinha um grande problema para resolver. Eu, como Secretário Adjunto, vim substituí-la. Houve um problema na academia, que não tinha licença e havia um processo, em aberto, incompleto na Prefeitura. Segundo, há muitas secretarias numa mesma lei. Nós enviamos o projeto de lei inicialmente só da nossa secretaria. Aí o Sr. Prefeito e a sua Assessoria mais próxima - como eram seis secretarias envolvidas, que antes eram secretarias especiais sem estrutura e viraram secretarias - S.Exa. resolveu tratar como uma pequena reforma administrativa, tudo num pacote só, para não ocorrer o contrário do que se reivindica, não mandando para a Câmara de pingadinho, sem

uma revisão geral do que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Felipe.

O SR. FELIPE – Na região que a senhora citou, existem, sim, duas Operações Urbanas em estudo: A Rio Verde Jacu-Pêssego e a Mooca/Vila Carioca. Não são estudos terminados; é uma parte eminentemente técnica, para a qual a Secretaria pode abrir as portas e dar uma explicação mais profunda sobre o assunto.

Sobre a questão abordada pelo Sr. Claudio, da ausência da população na discussão do Orçamento Participativo, tenho dados de todas as reuniões, oficinas, audiências e conferências públicas que foram feitas durante o Plano Diretor Estratégico. Só na segunda e terceira fases, foram mais de 60 reuniões, audiências e conferências. Na segunda fase, foram 31 oficinas, cada uma em uma subprefeitura, com a participação da população local.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE CAVALCANTI – Vou chegar lá, Claudio. Na verdade, eu queria ilustrar para você que tanto a SMDU como este Governo e esta Casa têm um compromisso com a transparência e com a participação popular. A Expo 2020, que você citou, não é, hoje, competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então, não tenho dados técnicos para lhe dar agora sobre isso. Posso até me comprometer a lhe enviar esses dados.

Mas, como eu estava falando, houve, sim, uma participação efetiva da população.

Em relação à agenda do Secretário, eu peço desculpas por S.Exa. não estar aqui, mas houve um acúmulo de compromissos e S.Exa. teve de ir a outro compromisso oficial. Mas o estou representando.

Sobre a questão do Conselho de Administração, abordada pelo Sr. Fábio, tanto da São Paulo Urbanismo como do orçamento da São Paulo Urbanismo, vai haver uma audiência pública com a empresa. Essa rubrica de mil reais é uma previsão orçamentária para que se possa fazer aumentos de capital nessa empresa. A São Paulo tem um orçamento independente, mas ela vai comparecer à Casa para explicá-lo e, assim, poder participar desta

rodada de audiências públicas. Mas eu não posso falar em nome da São Paulo Urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Felipe, pela oportunidade, só para ajudar o Sr. Fábio, pois fiquei preocupado com a afirmação. Vou sugerir a leitura do artigo 137 da Lei Orgânica do Município, seção 2 – Dos Orçamentos, § 5º: “A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta; II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”.

Só para não termos dúvidas, se não vamos achar que havia rubrica clandestina. Mas a São Paulo Urbanismo vai vir aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Na realidade, é exatamente por isso que eu falei, porque não precisa aparecer, porque ela é só de investimento. Está na lei.

Tem a palavra, Sr. Felipe.

O SR. FELIPE CAVALCANTI – Acho que já comentei todas as questões.

O SR. RICARDO NUNES – O Código 9130 fala do desenvolvimento de estudos urbanísticos no entorno de redes de trilhos. Vocês gastaram R\$ 15.395.000,00 até setembro de 2013 e foram liquidados, até setembro, R\$ 1.015.000,00. É caro para fazer um estudo sobre o entorno de rede de trilhos?

O SR. FELIPE CAVALCANTI – Vereador, essa rubrica é herdada, existente no orçamento deste ano e foi utilizada nos estudos técnicos das Operações Urbanas. Tanto na da Mooca/Vila Carioca como na Rio Verde Jacu-Pêssego. São concorrências públicas. Não tenho o valor exato de cada uma, mas elas foram contempladas nessa rubrica que se chama Entorno de Rede de Trilhos Urbanos.

P – Não, tudo bem. São R\$ 15.000.000,00 mesmo para estudar o entorno do trilho? Vou acompanhar a Secretaria de vocês mais de perto, porque isso está muito esquisito esse

negócio. A Secretaria de vocês precisa ficar mais perto.

Outras questões, o dia em que o seu Secretário aparecer aqui, eu pergunto.

Obrigado.

R – Algumas considerações finais. Queria deixar registrado, nobres Vereadores, que a SMDU está aberta para trazer explicações técnicas sobre projetos específicos a qualquer momento. Tenho certeza de que o Secretário...

P – Não tenha dúvida disso. Marque bem meu rosto, pois você ainda vai me ver muito.

R – Quero deixar um elogio à Casa por estas audiências. A SMDU - apesar de fazer um estudo técnico e de produzir projetos e insumos para a Prefeitura, que às vezes são projetos intangíveis, são questões de estudos técnicos-, este ano, com o seu corpo técnico, mesmo que restrito, com cerca de 120 profissionais da área de Arquitetura e Engenharia, conseguiu acompanhar mais de 60 audiências públicas. Sabemos o esforço que é unir a população e fazer estas discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Paulo.

O SR. PAULO RICARDO GIAQUINTO – Quero agradecer a oportunidade de apresentar a Secretaria a esta Casa. Como é nova, muito pouca gente a conhecia. Agradeço pelas perguntas, que ajudaram a elucidar algumas coisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Felipe Cavalcanti, representante do Sr. Fernando de Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, e ao Secretário Adjunto Paulo Ricardo Giaquinto, representante a Secretaria Municipal de Licenciamento.

Convido todos a participarem da audiência pública de amanhã, às 10h, que contará

a participação de quatro Secretarias e entidades: Secretaria Municipal de Transportes; Fundo de Desenvolvimento de Trânsito de São Paulo; São Paulo Transporte S/A; SPTrans; CET; Secretaria de Segurança Urbana; Autarquia Hospitalar; Serviço Funerário; Coordenação de Vigilância em Saúde; Centro de Controle de Zoonoses; Secretário Municipal de Educação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

